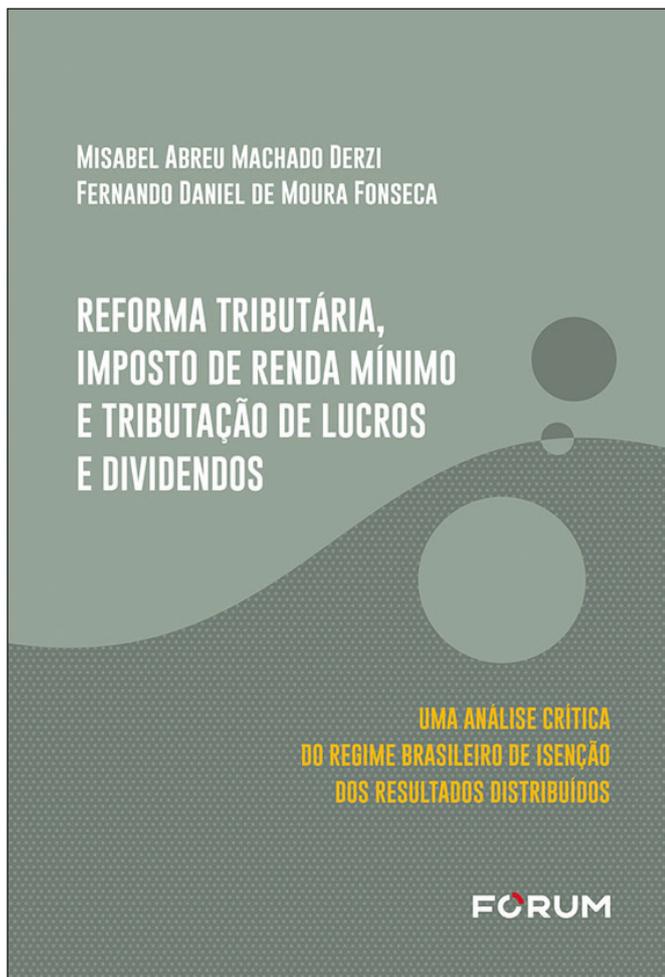


Misabel Abreu Machado Derzi
Fernando Daniel de Moura Fonseca



REFORMA TRIBUTÁRIA, IMPOSTO DE RENDA MÍNIMO E TRIBUTAÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS

**Uma análise crítica do
regime brasileiro de
isenção dos resultados
distribuídos**

O trabalho tem por objetivo tratar da polêmica isenção dos resultados distribuídos, vigente no Brasil desde 1º de janeiro de 1996. Trata-se de temática especialmente importante no contexto atual, em que a discussão sobre possíveis reformas do sistema tributário brasileiro reacende os debates sobre a pertinência da regra relativa a lucros e dividendos, especialmente quando comparada ao que é praticado em outras nações. É preciso que se tenha em mente, contudo, que qualquer modificação da regra atual deve ser pensada de forma abrangente, por meio da consideração da estrutura normativa relacionada à tributação da renda no Brasil, sem descuidar das especificidades que decorrem de uma rígida separação entre pessoas físicas e jurídicas em nosso sistema. Por essa razão, o texto não ignora a doutrina estrangeira, mas busca fazer as adaptações necessárias no intuito de permitir uma análise crítica, de modo a evitar a importação de soluções incompatíveis com a nossa realidade.

Área específica

DIREITO TRIBUTÁRIO

Áreas afins

POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Público-alvo/consumidores

OPERADORES DO DIREITO EM GERAL

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001784

D439r

Derzi, Misabel Abreu Machado

Reforma tributária, imposto de renda mínimo e tributação de lucros e dividendos: uma análise crítica do regime brasileiro de isenção dos resultados distribuídos / Misabel Abreu Machado Derzi, Fernando Daniel de Moura Fonseca.– Belo Horizonte : Fórum, 2020.

115 p.; 14,5x21,5cm

ISBN: 978-65-5518-010-7

1. Direito Tributário. 2. Política Tributária. I. Fonseca, Fernando Daniel de Moura. II. Título.

CDD 341.39

CDU 34:336

Misabel Abreu Machado Derzi é Doutora em Direito Tributário pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Titular de Direito Tributário e Financeiro da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC). Presidente Honorária da Associação Brasileiro de Direito Tributário (ABRADT). Membro da *Fondation des Finances Publiques* (Fondafip).

Fernando Daniel de Moura Fonseca é Residência Pós-Doutoral em Direito Tributário na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre e Doutor em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo (USP). *Master of Laws* pela *New York University* (NYU). Professor de Direito Tributário da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC).

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	9
1.1 Considerações iniciais	9
1.2 Algumas provocações necessárias.....	11
CAPÍTULO 2	
O IMPOSTO DE RENDA MÍNIMO EM UM QUADRO DE TRIBUTAÇÃO PREPONDERANTEMENTE INCIDENTE SOBRE O CONSUMO	
2.1 Considerações básicas	15
2.2 As tendências transformadoras do imposto sobre a renda – das pessoas jurídicas ou corporações – em imposto sobre o consumo.....	16
2.3 O conceito de imposto sobre o consumo. Questão formal ou material em países federais.....	18
2.4 A atração da base-consumo em economias mundializadas	23
CAPÍTULO 3	
O IMPOSTO DE RENDA MÍNIMO. BREVÍSSIMO RESUMO DAS RECENTES REFORMAS DO IMPOSTO DE RENDA DAS CORPORAÇÕES OU SOCIEDADES.....	
3.1 Considerações fundamentais	27
3.2 O imposto de renda mínimo no Brasil. A aproximação aos tributos incidentes sobre o consumo.....	29
3.3 Questão de fundo, primeira ou prévia: o aspecto temporal da renda.....	32
CAPÍTULO 4	
OS DEBATES EM TORNO DA TRIBUTAÇÃO DOS RESULTADOS DISTRIBUÍDOS	
4.1 Delimitação do problema.....	37
4.2 Os diferentes sistemas	41
4.2.1 Sistema clássico	42
4.2.2 Sistema integrado.....	45
4.3 Conclusões preliminares.....	53
CAPÍTULO 5	
O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO CONFERIDO AOS RESULTADOS DISTRIBUÍDOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	
5.1 Evolução histórica.....	55
5.2 O conteúdo normativo da regra prevista no art. 10 da Lei nº 9.249/95	59
5.3 As principais críticas ao modelo atual	63
5.4 Algumas reflexões a propósito das críticas apontadas.....	65
CAPÍTULO 6	
UMA VISÃO CRÍTICA	
6.1 A capacidade contributiva das pessoas jurídicas	73
6.2 A tributação da renda em sociedades de pessoas	77
6.3 A tributação da renda em sociedades de capital.....	82
6.3.1 As hipóteses possíveis de dupla incidência	82
6.3.2 Os efeitos da concorrência tributária internacional	88

CAPÍTULO 7	
O ESPAÇO EXISTENTE PARA MUDANÇAS	
NO BRASIL	91
7.1 Preocupações importantes.....	91
7.2 A possibilidade da criação de um regime de transparência.....	93
7.3 A imposição de duas incidências.....	97
CAPÍTULO 8	
EXERCÍCIOS SIMPLIFICADOS DE TRIBUTAÇÃO	
DOS LUCROS E DIVIDENDOS, MEDIANTE MERA	
REVOGAÇÃO DA NORMA ISENTANTE, NAS	
SOCIEDADES DE PESSOAS	103
CAPÍTULO 9	
CONCLUSÕES	105
REFERÊNCIAS	111